

AMO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME n.º 24.164.970/0001-90 - NIRE 35.300.488.628

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 03/01/2022

[illegible]

a) a Companhia fixará o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, assim como a sua distribuição. **Capítulo IV- Assembleia Geral: Artigo 12º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de quatro meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Compete à Assembleia Geral as atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral será realizada preferencialmente na sede da Companhia, podendo ser realizada em uma das filiais ou escritórios desde que conste in alio instrumento, assinado por todos os membros da Assembleia Geral, a decisão de realizar a Assembleia Geral em outro local. A convocação por um Diretor Executivo, que indicará um secretário. **Artigo 14º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores nomeados na forma do Parágrafo 10 do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 15º** - Todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto de acionistas representando a maioria do capital votante presente à Assembleia Geral, ressalvado o disposto em lei. **Artigo 16º** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. **Artigo 17º** - Além das matérias previstas em lei, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre: (i) qualquer assunto que afetar a administração, as atividades ou o expediente das filiais ou sucursais da Companhia; (ii) qualquer assunto que afetar o expediente ou o cumprimento das instruções a serem observadas pela Diretoria; (iii) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (iv) Examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, incluindo informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, ou quaisquer outros atos; (v) Aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior ao equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) entre a Companhia e (a) acionistas que exerçam o poder de controle da Companhia, tal como previsto no art. 116 da Lei nº 6.404/76, e (b) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle da Companhia; (vi) Autorizar a emissão de títulos de dívida da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (vii) Manifestar-se sobre o termo de emissão e aprovar proposta para a aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (d) a participação da Companhia em outras sociedades, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (e) a aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (f) a criação e extinção de controladas ou subsidiárias integrais; (g) a aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (d) a participação da Companhia em outras sociedades, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (e) a aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (f) a criação de ónus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, em qualquer desses casos não prevista no orçamento anual e que, no conjunto, o valor anual seja igual ou superior ao equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); sendo que tal aprovação pela Assembleia Geral será desnecessária nas hipóteses em que o oferecimento da garantia seja necessário para defender os interesses da Companhia em procedimentos judiciais ou extrajudiciais, ou para garantir o cumprimento de obrigações da Companhia em decorrência de tratamento de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) anual, exceto medidas cautelares ou mandados de segurança e/ou subsidiárias integrais, sempre que o conjunto de operações realizadas num período de 3 (três) meses supere a quantidade equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ficando, entretanto, expressamente vedado o uso de garantias da Companhia a obrigações de terceiros; (x) Autorizar a realização de operações de aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xi) Autorizar a emissão de títulos de dívida da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xii) Manifestar-se sobre o termo de emissão e aprovar proposta para a aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (xiii) Aprovar a criação de ónus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, em qualquer desses casos não prevista no orçamento anual e que, no conjunto, o valor anual seja igual ou superior ao equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); sendo que tal aprovação pela Assembleia Geral será desnecessária nas hipóteses em que o oferecimento da garantia seja necessário para defender os interesses da Companhia em procedimentos judiciais ou extrajudiciais, ou para garantir o cumprimento de obrigações da Companhia em decorrência de tratamento de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) anual, exceto medidas cautelares ou mandados de segurança e/ou subsidiárias integrais, sempre que o conjunto de operações realizadas num período de 3 (três) meses supere a quantidade equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ficando, entretanto, expressamente vedado o uso de garantias da Companhia a obrigações de terceiros; (x) Autorizar a realização de operações de aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xi) Autorizar a emissão de títulos de dívida da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xii) Manifestar-se sobre o termo de emissão e aprovar proposta para a aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (xiii) Aprovar a criação de ónus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, em qualquer desses casos não prevista no orçamento anual e que, no conjunto, o valor anual seja igual ou superior ao equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); sendo que tal aprovação pela Assembleia Geral será desnecessária nas hipóteses em que o oferecimento da garantia seja necessário para defender os interesses da Companhia em procedimentos judiciais ou extrajudiciais, ou para garantir o cumprimento de obrigações da Companhia em decorrência de tratamento de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) anual, exceto medidas cautelares ou mandados de segurança e/ou subsidiárias integrais, sempre que o conjunto de operações realizadas num período de 3 (três) meses supere a quantidade equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ficando, entretanto, expressamente vedado o uso de garantias da Companhia a obrigações de terceiros; (x) Autorizar a realização de operações de aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xi) Autorizar a emissão de títulos de dívida da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xii) Manifestar-se sobre o termo de emissão e aprovar proposta para a aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (xiii) Aprovar a criação de ónus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, em qualquer desses casos não prevista no orçamento anual e que, no conjunto, o valor anual seja igual ou superior ao equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); sendo que tal aprovação pela Assembleia Geral será desnecessária nas hipóteses em que o oferecimento da garantia seja necessário para defender os interesses da Companhia em procedimentos judiciais ou extrajudiciais, ou para garantir o cumprimento de obrigações da Companhia em decorrência de tratamento de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) anual, exceto medidas cautelares ou mandados de segurança e/ou subsidiárias integrais, sempre que o conjunto de operações realizadas num período de 3 (três) meses supere a quantidade equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ficando, entretanto, expressamente vedado o uso de garantias da Companhia a obrigações de terceiros; (x) Autorizar a realização de operações de aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xi) Autorizar a emissão de títulos de dívida da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xii) Manifestar-se sobre o termo de emissão e aprovar proposta para a aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (xiii) Aprovar a criação de ónus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, em qualquer desses casos não prevista no orçamento anual e que, no conjunto, o valor anual seja igual ou superior ao equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); sendo que tal aprovação pela Assembleia Geral será desnecessária nas hipóteses em que o oferecimento da garantia seja necessário para defender os interesses da Companhia em procedimentos judiciais ou extrajudiciais, ou para garantir o cumprimento de obrigações da Companhia em decorrência de tratamento de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) anual, exceto medidas cautelares ou mandados de segurança e/ou subsidiárias integrais, sempre que o conjunto de operações realizadas num período de 3 (três) meses supere a quantidade equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ficando, entretanto, expressamente vedado o uso de garantias da Companhia a obrigações de terceiros; (x) Autorizar a realização de operações de aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xi) Autorizar a emissão de títulos de dívida da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xii) Manifestar-se sobre o termo de emissão e aprovar proposta para a aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (xiii) Aprovar a criação de ónus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, em qualquer desses casos não prevista no orçamento anual e que, no conjunto, o valor anual seja igual ou superior ao equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); sendo que tal aprovação pela Assembleia Geral será desnecessária nas hipóteses em que o oferecimento da garantia seja necessário para defender os interesses da Companhia em procedimentos judiciais ou extrajudiciais, ou para garantir o cumprimento de obrigações da Companhia em decorrência de tratamento de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) anual, exceto medidas cautelares ou mandados de segurança e/ou subsidiárias integrais, sempre que o conjunto de operações realizadas num período de 3 (três) meses supere a quantidade equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ficando, entretanto, expressamente vedado o uso de garantias da Companhia a obrigações de terceiros; (x) Autorizar a realização de operações de aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xi) Autorizar a emissão de títulos de dívida da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xii) Manifestar-se sobre o termo de emissão e aprovar proposta para a aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (xiii) Aprovar a criação de ónus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, em qualquer desses casos não prevista no orçamento anual e que, no conjunto, o valor anual seja igual ou superior ao equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); sendo que tal aprovação pela Assembleia Geral será desnecessária nas hipóteses em que o oferecimento da garantia seja necessário para defender os interesses da Companhia em procedimentos judiciais ou extrajudiciais, ou para garantir o cumprimento de obrigações da Companhia em decorrência de tratamento de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) anual, exceto medidas cautelares ou mandados de segurança e/ou subsidiárias integrais, sempre que o conjunto de operações realizadas num período de 3 (três) meses supere a quantidade equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ficando, entretanto, expressamente vedado o uso de garantias da Companhia a obrigações de terceiros; (x) Autorizar a realização de operações de aquisição ou alienação parcial (ou total) de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>